

# **Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem Dera Ser um Peixe”, em Fortaleza-CE**

**Linda M. P. Gondim**

Universidade Federal do Ceará, Brasil.

[lindagondim@uol.com.br](mailto:lindagondim@uol.com.br)

**Aline M. M. Rocha**

Universidade de Fortaleza, Brasil

[alinemmatos@gmail.com](mailto:alinemmatos@gmail.com)

## **Introdução**

Este artigo visa a compreender movimentos sociais urbanos articulados pela luta em prol do direito à cidade, a partir da discussão das estratégias de ação utilizadas para enfrentar opositores e conquistar apoiadores. Lutar pelo direito à cidade não é apenas buscar a garantia de acesso a bens relativos a necessidades materiais, políticas, sociais e culturais. Trata-se de um direito coletivo, que requer permanente mobilização para o seu reconhecimento.

Ainda que os direitos humanos, em sua evolução histórica, tenham alargado seu escopo – incorporando, além da esfera civil, as dimensões políticas e sociais (MARSHALL, 1967) – não deixaram de se limitar pela perspectiva liberal, essencialmente individualista. Os direitos civis são mais claramente centrados no indivíduo, incluindo a liberdade de culto, de opinião e de iniciativa econômica. É verdade que o exercício dos direitos políticos, como a liberdade de associação e de participação no governo, necessita que várias pessoas ajam em concerto, filiando-se a um partido, aderindo a uma greve ou elegendo representantes, por exemplo; ainda assim, trata-se de “direitos individuais exercidos coletivamente” (LAFER, 1988, p. 127). Os direitos sociais – direito ao trabalho, à saúde, à educação, à previdência social e outros<sup>1</sup> – envolvem prestação de serviços pelo Estado, mas os titulares desses direitos são os indivíduos.

Quanto ao direito à cidade, concebido por Henri Lefebvre na década de 1960, não se trata apenas de garantir o acesso a bens e serviços essenciais à vida nas cidades – habitação, transporte, trabalho, educação, saúde, lazer<sup>2</sup>. Subjacente à ideia desse direito, está uma concepção que não reduz o urbano à condição de lugar de atendimento a carências de produtos, mas concebe a urbe como palco para o exercício da criatividade, para o atendimento das “[...] necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p. 104).

---

1. Para uma apresentação completa dos direitos humanos, ver ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2009 [1948]). Formulações posteriores no âmbito internacional incluíram direitos cujos titulares são povos, nações e a própria humanidade: direito à autodeterminação, ao desenvolvimento, à paz e ao meio ambiente saudável. (LAFER, 1988; BOBBIO, 1992). Neste caso, a titularidade extrapola o âmbito nacional.

2. Ver relação completa dos componentes do direito à cidade na CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. 2006. Disponível em: [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br).

O núcleo do direito à cidade é sua dimensão coletiva e transformadora: “é o direito de mudarmos a nós mesmos mudando a cidade. [...] Ele é, além disso, um direito comum e não individual, na medida em que essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo de remoldar os processos de urbanização”. (HARVEY, 2008, p. 23, tradução das autoras).

Essa perspectiva está presente nos dois movimentos aqui analisados, os quais têm a cidade como *locus* e objeto: a Resistência Vila Vicentina, que busca garantir a permanência de um conjunto de casas ocupadas por moradores de baixa renda, em área cobiçada pelo mercado imobiliário; e o Quem Dera Ser um Peixe, cujo foco é a oposição à construção, pelo governo estadual, de um oceanógrafo no bairro histórico Praia de Iracema<sup>3</sup>. Mesmo sendo casos com dimensão local, seu estudo pode contribuir para melhor compreender como se articulam protestos urbanos em diferentes contextos sociais, inclusive no nível transnacional. Nesse sentido, a análise dos repertórios de confronto utilizados acrescenta importante dimensão empírica à literatura sobre movimentos sociais, na medida em que destaca o recurso à patrimonialização como estratégia contra a expulsão de moradores de baixa renda. Igualmente merecedor de atenção, ainda que seja um tema mais explorado pelos estudiosos, é o uso das mídias digitais, que torna potencialmente mais visíveis as questões urbanas, as quais passam a interpelar diferentes atores em diferentes lugares, fornecendo pautas para a articulação de movimentos que canalizam demandas so-

---

3. O movimento Resistência Vila Vicentina é objeto de pesquisa, em andamento, para a tese de doutorado de uma das coautoras; já a pesquisa sobre o movimento Quem Dera Ser um Peixe, concluída em 2016, foi realizada pela outra coautora, com o apoio do CNPq. Tais pesquisas utilizaram metodologia qualitativa e se desenvolveram por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, acompanhamento de informações e interações mediadas pelas redes sociais digitais.

ciais, novas e antigas.

Historicamente, contestações coletivas que envolvem a cidade existem desde o início dos tempos modernos, uma vez que a produção e a reprodução do espaço urbano abrigam conflitos latentes ou manifestos, fruto de disputas econômicas e sociais. O que torna peculiar o espaço dos movimentos sociais contemporâneos é seu caráter híbrido, decorrente da relação entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado (CASTELLS, 2013; GOHN; BRINGEL, 2014). Essa relação híbrida tem otimizado as possibilidades de divulgação dos movimentos e dissemina ideias em uma nova escala, o que pode contribuir para a maior visibilidade dos mais variados problemas do cotidiano urbano: escassez de habitação digna, privatização ou gentrificação do espaço público, insuficiência e falta de equidade de políticas públicas e outros.

Em Fortaleza, a capacidade de mobilização das redes virtuais em favor de causas relativas ao direito à cidade pode ser vista em vários casos, a exemplo dos movimentos em defesa do Parque do Cocó, em 2013, e da Praça Portugal, em 2014, ambos envolvendo áreas de grande valorização imobiliária. No primeiro caso, tratava-se de oposição à construção de um viaduto no cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, no bairro do Cocó, nas imediações do parque de mesmo nome. A obra previa a derrubada de 94 árvores, o que incomodou ambientalistas e provocou um debate sobre intervenções urbanas inadequadas, do ponto de vista da democratização da mobilidade urbana. O movimento incluiu uma ocupação na área do Parque do Cocó, durante quase três meses. O ato, apesar de sua intensa repercussão, não conseguiu impedir a realização da obra (ATO PROTESTA POR..., 2013; JUSTIÇA AUTORIZA..., 2013).

No caso da Praça Portugal, situada na Aldeota, a Prefeitura preten-

dia, em março de 2014, eliminar a praça, situada numa rotatória, em favor da implantação de um novo cruzamento, prevendo a retirada de cerca de 200 árvores da avenida Dom Luís. Diversos grupos pró Praça Portugal foram criados em redes sociais como o Facebook, tendo os manifestantes organizado ações de ocupação do lugar por meio de atividades recreativas, feiras de artesanato e comidas típicas etc. Face à repercussão negativa, a prefeitura recuou da demolição e uma contraproposta foi executada, mantendo a praça, mas com sua área reduzida, e implantando-se um binário para favorecer a fluidez do trânsito. As árvores foram retiradas, com promessa de replantio (GRUPO PROTESTA CONTRA..., 2014; PREFEITO RECUA..., 2015).

Os movimentos Resistência Vila Vicentina (RVV) e Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) apresentam estratégias de ação semelhante, sobretudo no que diz respeito ao uso de redes virtuais. O primeiro movimento lança mão de uma página no Facebook, iniciada em outubro de 2016, com publicações sobre a história do local e denúncias sobre a ameaça de remoção sofrida, além de vídeos e imagens das atividades em que os integrantes do movimento participam, tais como audiências públicas e reuniões, dentre outras ações.

Por seu turno, no QDSP, a estratégia de recorrer a órgãos do Poder Executivo, do Judiciário e dos Ministérios Públicos, combinada com o uso do humor e de redes sociais digitais proporcionou visibilidade e pressões sobre o Governo do Estado, acarretando empecilhos para a continuidade da construção do oceanógrafo. Assim, tanto na RVV como no QDSP, faz-se presente um repertório de confronto<sup>4</sup> inovador, que surge com as mudanças tecnológicas do século XXI: o uso da comunicação mediada pela Internet. Entretanto, a RVV diferencia-

---

4. O conceito de repertório de confronto será apresentado na subseção *Repertórios de confronto no estudo dos movimentos sociais*.

se pelo recurso à patrimonialização como estratégia para garantir seu alvo principal, ou seja, recorreu-se ao tombamento municipal do conjunto de casas, o que garantiu provisoriamente sua permanência e a consequente vitória parcial do movimento.

Este texto está dividido em duas seções, além desta *Introdução* e da *Conclusão*. Na seção *Movimentos sociais: o que são, como atuam*, apresentamos considerações sobre o estudo dos movimentos sociais na teoria sociológica, destacando o conceito de repertório de confronto como instrumento heurístico para entender o *modus operandi* dos protestos. Na segunda seção, descrevemos as especificidades dos casos analisados, tendo como fio condutor seus repertórios de confronto.

## **Movimentos sociais: o que são, como atuam**

### **Identidade e cultura no estudo dos movimentos sociais**

Os movimentos sociais constituem um objeto de estudo clássico na sociologia, a qual tem tematizado a formação da ação coletiva e seus desdobramentos, em diferentes contextos sócio-históricos e espaciais, mediante aportes teórico-metodológicos diversificados. Entendemos os movimentos sociais como formas de ação coletiva, orientados tanto pela conquista de interesses, como pela defesa de valores e visões de mundo. Ainda que seja necessário demarcá-los conceitualmente, é preciso cautela para não percebê-los como unidade empírica, destituída de heterogeneidade, o que tornaria o estudo do objeto afeito a epistemologias ingênuas. Muitas vezes, os movimentos sociais são tomados por reificações em que a “dimensão coletiva do agir social” é interpretada como algo dado (MELUCCI, 2001, p. 30). Contudo, é preciso interrogar o que surge como “dado”, como obviedade, para

desvendar como o fenômeno é produzido. A desnaturalização do caráter coletivo das ações permite

[...] fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento” e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

Sem negar que os movimentos sociais constituem certa unidade – uma vez que possuem objetivos comuns e podem compartilhar repertórios de ação – há que salientar seus traços heterogêneos, a começar pela situação dos integrantes, que podem, inclusive, não se vincular diretamente aos problemas enfrentados – como é o caso de apoiadores externos e assessores. Além disso, a heterogeneidade pode advir da diversidade de reivindicações que se vinculam, de forma direta ou indireta, ao uso do espaço urbano, tais como: movimentos cicloativistas, socioambientais, feministas, artísticos e culturais, dentre outros.

Em análise da trajetória de estudos sobre os movimentos sociais, Alonso (2009) avalia que o “pêndulo explicativo” do fenômeno deslocase, nos anos 1990, da dimensão estrutural para a cultural. Desde o início do século XXI, o eixo analítico dos movimentos vem se assentando em teorias preocupadas com processos de construção de identidades, ancoradas a pertencimentos territoriais, étnicos e de gênero, dentre outros (GOHN, 2014). Tais processos, por sua vez, vinculam-se à construção de sentidos e produção de significados em torno de ações e formas de atuação coletivas.

O estudo desses aspectos vem apoiado no reconhecimento gradual da cultura como chave explicativa para a análise dos movimentos sociais. A Teoria do Processo Político, protagonizada por Charles Tilly

(1978) e Sidney Tarrow (2009); e a teoria dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1989; Habermas, 1981; Melucci, 2001) reconheceram, ou passaram a reconhecer, que elementos culturais e identitários, assim como elementos políticos, aliam-se na explicação da emergência e continuidade da ação coletiva (ALONSO, 2009).

Segundo Alonso (2009, p. 65), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais entende o ator coletivo como “portador de um projeto cultural”. Com efeito, essa perspectiva é válida para a compreensão dos movimentos atuais, na medida em que considera que os atores constroem a ação coletiva conforme se comunicam, “produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (ALONSO, 2009, p. 65).

### **Repertórios de confronto no estudo dos movimentos sociais**

Os movimentos sociais, além de dependerem da formação de uma identidade coletiva, só existem quando conjuntos de atores reivindicam recursos valorizados por outro conjunto de atores, configurando um confronto político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Esse termo vem ao encontro da noção de conflito, entendida por Melucci (2001) como condição central expressa pelos movimentos sociais:

os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos. Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente (MELUCCI, 2001, p. 33-34).

Nos casos objeto deste artigo, os atores em conflito têm na disputa pelo espaço urbano um sistema de referência comum, o qual es-

barra na contestação de formas hegemônicas de produção e reprodução desse espaço, por parte do setor imobiliário e de políticas públicas excludentes.

Um dos conceitos basilares para o entendimento dos movimentos sociais é o *repertório de confronto*, criado, em 1977, por Charles Tilly para designar o conjunto de ações disponíveis para protestos em diferentes períodos históricos (BRINGEL, 2012). O repertório de confronto expressa a “interação histórica e atual” entre os participantes de um movimento social e seus opositores; não é fruto de escolhas individuais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24), sendo influenciado pelo contexto societário mais amplo.

O repertório tem demarcação temporal ampla (Tilly identificou repertórios na perspectiva da *longue durée*, da Escola dos Anais da historiografia francesa) e tipologia restrita (os atores escolhem, mas o fazem dentro de alternativas política, social e historicamente determinadas); não se trata, porém, de um conceito rígido. O termo remete à metáfora do improviso em uma banda de jazz, onde os músicos seguem fórmulas, mas também as alteram, de acordo com as circunstâncias (ALONSO, 2009). Assim, os repertórios de confronto são contingentes, podendo sofrer variações de acordo com a criatividade dos grupos e as condições de seu uso em diferentes lugares e momentos históricos. Formas mais tradicionais de manifestação são a ocupação de ruas, a obstrução de vias, as paralisações, as passeatas e os piquetes. Ao longo da história, práticas como a destruição de máquinas e os sequestros têm se tornado residuais, enquanto outras, como greves e manifestações de rua, persistem, variando, porém, em suas formas (BRINGEL, 2012).

Atualmente, cabe destacar as estratégias de criação de espaços para troca de informações, publicização de ações e articulações. Tais

estratégias passam pelo uso de espaços virtuais, os quais fazem parte de um repertório em comum: são onipresentes a criação de páginas na Internet, blogs e perfis no Facebook, contas no Twitter, postagens no Instagram, divulgação de vídeos no YouTube e formação de grupos no WhatsApp<sup>5</sup>.

Recursos de comunicação e interação digitais adquirem a característica de repertório de confronto na medida em que são usados como estratégia de enfrentamento por integrantes e aliados dos movimentos contra seus opositores. A comunicação virtual assume papel estratégico quanto à visibilidade e exposição de reivindicações, ao colocar em destaque os atores de um conflito (ALCÂNTARA, 2016), mediante um instrumento de grande acessibilidade<sup>6</sup>.

O uso de recursos da Internet corresponde a um repertório de confronto recente, em termos da história dos movimentos sociais. Esse novo repertório tem potencializado articulações políticas em escala global desde os anos 2000, facilitando não só a divulgação como a

---

5. Dentre os recursos comumente utilizados pelos movimentos atuais estão as redes sociais digitais, em que é possível criar perfis ou páginas públicas, as quais são de fácil manuseio e de baixo custo. O Facebook permite a criação de perfis e páginas com espaço para publicação de textos, imagens e vídeos que podem ser compartilhados entre contatos que fazem uso da rede. Já o Instagram e o Twitter são, respectivamente, destinados à publicização de imagens com breves legendas e uma rede de microblogs para divulgação de textos com 140 caracteres. Acrescenta-se o YouTube, utilizado para publicação de vídeos, e o aplicativo para conversas instantâneas WhatsApp, recurso disponível para telefones celulares com acesso à Internet.

6. É necessário relativizar a ideia de que a maioria das pessoas tem facilidade de conexão *online*. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2016), realizada pelo IBGE e divulgados em novembro de 2017, o Ceará é, proporcionalmente, o quarto pior Estado do país em quantidade de domicílios que possuem acesso à Internet. Enquanto a média nacional de domicílios com conexão à Internet é de 64% – o que também não é um dado satisfatório frente à média de outros países – e a média da região Nordeste é de 50%, no Ceará o índice não ultrapassa 48%, estando à frente apenas dos Estados de Alagoas, Piauí e Maranhão (SENA, 2017).

difusão internacional de movimentos de protesto. Vale ressaltar que a Internet não eliminou repertórios de confronto convencionais, como greves e manifestações de rua: antes, criou condições para disseminá-las e ampliar o número de participantes. Em anos recentes, assiste-se a ocupações de espaços públicos urbanos, que alavancaram e deram visibilidade aos movimentos sociais para além das telas e teclados, como foi o caso do *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, do *Indignados*, em Barcelona, Madrid e outras cidades espanholas, e das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil.

Largamente divulgada pela mídia nacional e internacional, a chamada Primavera Árabe inaugurou as discussões sobre o potencial da Internet em alavancar mobilizações de ordem política e social (VI-EIRA, 2013). A onda de manifestações e protestos iniciados em 2010 na Tunísia e no Egito foi promovida por jovens mobilizados a partir da Internet, contra regimes ditatoriais (MOVIMENTO ANTI..., 2011; BABO, 2013). A repercussão mundial desses protestos e a forma de organização e comunicação utilizadas convocaram discussões sobre o potencial das redes digitais na articulação dos eventos de confronto.

Na esteira do simbolismo e efetividade dos movimentos de ocupação internacionais, o movimento Ocupe Estelita, no Recife, sobressai na luta contra modelos de urbanização excludentes e segregadores, promovendo inúmeras ações de mobilização e ocupações na área do cais José Estelita, no centro da cidade. Lá, o Projeto Novo Recife ameaça destinar cerca de 10 hectares a grandes empreiteiras, para a construção de 12 torres de edifícios com 40 andares. O movimento promoveu atividades na área, oferecendo resistência, que persiste há vários anos, conforme publicações na página que mantém ativa no Facebook<sup>7</sup>. No caso dos movimentos sociais em Fortaleza, vale lembrar

---

7. Página disponível em: [www.facebook.com](http://www.facebook.com). Acesso em: 24 nov. 2017.

as ocupações realizadas pelo movimento contra o viaduto do Cocó, fartamente disseminadas pela Internet.

O uso dos recursos disponíveis na Internet pelos movimentos sociais pode contribuir para fortalecer e criar “conexões entre diferentes grupos sociais, incluir populações marginalizadas e recuperar a natureza pública de certos assuntos” (SUZINA; PLEYERS, 2016, tradução das autoras). No caso de um dos movimentos sociais objeto do presente texto, foi importante a articulação entre redes existentes, que potencializaram o envolvimento de pessoas que já participavam de protestos associados ao direito à cidade:

[...] uma coisa que parece clara para todo mundo que participa do movimento [Quem Dera Ser um Peixe] é que não se trata de criar uma nova rede nem de qualificar pessoas e nem de preparar pessoas. Mas se trata de criar articulações com redes já existentes; fazer com que pessoas que já pensam a cidade, que já têm ações com a cidade, [que] elas possam reagir pela cidade. (profissional de áudio visual, entrevistado em 22/03/2013).

Por outro lado, como alertam Suzina e Pleyers (2016), é preciso considerar que os instrumentos e recursos da Internet também podem produzir fragmentações e divisões no espaço público. Essa ponderação tem em vista análises reducionistas, as quais fetichizam a Internet como disseminadora de usos necessariamente emancipatórios. Uma análise satisfatória de fenômenos dessa natureza deve considerar que o uso das mídias não supera as assimetrias existentes. Estas decorrem da situação de desigualdade de recursos, em termos econômicos, políticos e culturais, entre os atores sociais situados num dado contexto e, sobretudo, envolvidos em situações de confronto. A atenção a esses fatores implica considerar que o uso dos recursos digitais disponíveis contribui para processos de visibilidade, inegavelmente, mas os termos de seu alcance e penetrabilidade podem conflitar com a mídia

tradicional, cuja centralidade na produção e difusão de informação é maior (SUZINA; PLEYERS, 2016).

O recurso à Internet para mobilizar ações e reivindicações coletivas também pode ser associado a comodismo, sendo identificado, por vezes, a um “ativismo de sofá”. Um exemplo dessa crítica ocorreu em uma assembleia de representantes de assentamentos populares, realizada na Vila Vicentina, em junho de 2017, com o intuito de discutir questões relacionadas ao direito à cidade. Um dos participantes ressaltou a importância da “conscientização das bases” e das populações de bairros ameaçados por remoções relacionadas a obras governamentais. Em suas palavras: “trabalho de base não é Facebook, não é Instagram, é estar na base, é agir junto à base!”<sup>8</sup>. O participante, morador de um assentamento precário de Fortaleza, evidencia o contexto de assimetrias em que atuam os atores de um movimento, uma vez que o acesso e o manuseio de recursos da Internet são restritos a uma parcela ainda minoritária da população. Assim, a mobilização para as causas vinculadas ao direito à cidade deve lançar mão de estratégias que não se restrinjam à Internet.

## **Mobilizações pelo direito à cidade nos casos da Vila Vicentina e do movimento contra o Acquário Ceará**

### **A Resistência Vila Vicentina**

Em outubro de 2016, veicula-se a notícia de que uma vila de 45 casas, ocupadas por famílias de baixa renda, localizada em bairro de classe média-alta, estaria sendo disputada pelo setor imobiliário. A

---

8. As duas autoras estiveram presentes a essa Assembleia.

construção da vila foi iniciada em 1938, em terreno doado a uma instituição religiosa, a Sociedade São Vicente de Paulo. As 45 unidades residenciais erguidas foram destinadas a abrigar viúvas e migrantes de outras regiões do Estado. Os descendentes destas famílias constituem a maior parte dos moradores atuais; outros tiveram acesso à Vila mediante inscrição em um cadastro organizado pelo Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, que exigia comprovação de baixa renda e carência de moradia.

A Vila Vicentina tem uma arquitetura peculiar: 45 casas e uma capela, dispostas em redor de um quarteirão, delimitado por ruas de tráfego intenso (Figura 1). Os quintais das residências dão para uma grande área compartilhada (Figura 2), dotada de arborização e espaços livres. Na entrada da capela há uma área que é utilizada como estacionamento pelos visitantes.



Figura 1: Vista aérea da Vila Vicentina em destaque

Fonte: Duarte Jr., 2017



Figura 2: Quintal compartilhado

Fonte: Duarte Jr., 2017

Com o passar do tempo, o bairro, que em 1967 foi denominado Dionísio Torres, foi ocupado por comércio, serviços e habitações de classe média e alta, tornando-se um dos mais valorizados no mercado imobiliário: o preço do metro quadrado dos terrenos foi avaliado em cinco mil reais (PREÇO DO M<sup>2</sup>..., 2016). Nesse contexto, agentes imobiliários passaram a se interessar pelo terreno ocupado pela Vila Vicentina.

Em 2016, alguns moradores aceitaram uma proposta de compra de seus imóveis, que previa o pagamento de 50 mil reais ou um apartamento situado no município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza. A fim de garantir a entrega dos imóveis negociados e

evitar a ocupação dos mesmos por terceiros, o comprador<sup>9</sup> emprestou os a pessoas de sua confiança para ali morarem temporariamente. A presença desses estranhos assustou muitos moradores, a maioria dos quais idosos, que se sentiram intimidados ao ouvi-los falar em voz alta ao telefone celular, afirmando estarem “vigiando umas casas na Aldeota”. A desconfiança deu origem a um conflito que culminou com o registro de um Boletim de Ocorrência pelos ocupantes, o qual justificou uma ação de reintegração de posse iniciada pelo comprador, em 28 de outubro de 2016.

Durante a ação de reintegração, três das nove casas negociadas foram totalmente demolidas; e cinco outras sofreram demolição parcial. As demolições comprometeram a estrutura das casas vizinhas, que ficaram expostas a infiltrações, deixando os moradores apreensivos quanto à sua segurança e com a saúde emocional abalada, diante da situação de incerteza e a constante ameaça de saída do lugar. O ato repercutiu fortemente nas redes sociais e em grupos do aplicativo WhatsApp. Um dos vídeos com imagens da demolição e destelhamento das casas foi publicado na página do movimento, criada na rede social Facebook, e obteve mais de 21 mil visualizações em um curto espaço de tempo. A página também passou a ter mais de mil seguidores, estando atualmente com cerca de 1.893. A divulgação atraiu um grande número de pessoas ao local, entre advogados vinculados a causas populares, estudantes e professores universitários, moradores do entorno, artistas e outros cidadãos. Moradores entrevistados<sup>10</sup> afirmaram que a transmissão de imagens e vídeos via Facebook e WhatsApp

---

9. A identidade do comprador não foi revelada; as tratativas foram conduzidas por uma corretora de imóveis.

10. Entrevista coletiva realizada com seis membros da Resistência, em 10 de janeiro de 2017. Os nomes desses e de outros entrevistados foram suprimidos a fim de lhes resguardar o anonimato.

teve papel importante para fortalecer o movimento: “a gente pegou uma força... Uma força, rapaz. Veio gente de todo canto. Amigas minhas que eu não via há muitos anos, era tudo conversando comigo... perguntando o que tava acontecendo”.

Ressalte-se que nem todos os moradores apoiam a Resistência, integrada por 15 famílias. Entre os demais residentes, nove já negociaram sua saída dos imóveis e os restantes aceitam negociar as moradias, não participando de nenhuma ação relacionada à RVV. Para alguns integrantes do movimento, parte dos que querem negociar estão “em cima do muro”, aguardando que a situação seja mais bem definida. Para uma apoiadora do movimento, os moradores reticentes não seriam opositores ativos à Resistência; tratar-se-ia de uma atitude decorrente de maior vulnerabilidade ante as pressões dos compradores<sup>11</sup>:

[...] eu acho que [os moradores que não compõem a Resistência] estão com o discernimento deles viciado, entendeu? Por conta do terrorismo que foi feito, do assédio, de toda a questão ali [...] que tem por trás disso... que eles, há muito tempo, vinham recebendo essas ameaças... então, é muito difícil você dizer assim: “olha, você vai ficar sem casa. Você vai ficar sem uma coisa nem outra”. Então a pessoa acaba ficando com o discernimento viciado, e tem as questões também de vizinho, às vezes você não gosta do seu vizinho que é da Resistência, você é contra ele, né?

Essa divisão entre os moradores da Vila Vicentina aponta para a complexidade de definir uma identidade para os participantes de um movimento, que não podem ser identificados apenas como polos opostos. Convém lembrar que mesmo entre os apoiadores da causa, há diferentes identidades e papéis: grosso modo, têm-se os moradores-

11. Entrevista com advogada do Escritório Frei Tito, realizada em 22 de maio de 2017.

resistentes e os não resistentes; e os não moradores que provêm assessoria técnica ou simples apoio, manifesto por meio da divulgação de atos presenciais e pelo comparecimento aos mesmos.

A repercussão do caso da Vila nas redes sociais digitais potencializou-se com o evento truculento das demolições. Ressalte-se que no mesmo dia, o juiz que assinou a ordem de reintegração de posse mandou suspendê-la, julgando a demolição “precipitada e imprudente” (SENA, 2016). O Escritório Frei Tito de Advocacia (EFTA), da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passou a assessorar o caso, apontando ilegalidades envolvendo a ação. Dentre elas, incongruências no título de propriedade<sup>12</sup> do local, o que inviabilizaria sua negociação por parte do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, que se reivindica proprietário do terreno em que as casas estão situadas.

O Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab), da Universidade Federal do Ceará – UFC, também passou a acompanhar o caso, dando esclarecimentos aos moradores quanto ao direito de permanência no local e mediando atividades como rodas de conversa e aulas públicas. Uma destas tratou da história das vilas em Fortaleza, ministrada por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC<sup>13</sup>. O movimento feminista cicloativista Ciclanas também esteve presente ao local para exibir vídeos documentários e conduzir debates sobre direito à cidade. Artistas, artesãos e educadores também participaram com oficinas de bordado, cestaria e *fanzines*. Tais ações contribuíram para dar visibilidade ao movimento e ampliar sua rede de apoiadores,

---

12. O registro da certidão do terreno em que se situa a Vila Vicentina foi lavrado com o nome de uma pessoa jurídica inexistente. A instituição que se reivindica proprietária é o Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Fortaleza, que entrou com um processo judicial para retificação do registro público da escritura em 2015.

13. Sobre as vilas de Fortaleza, ver Andrade (1990).

além de trazer diversidade aos repertórios de confronto.

De um modo geral, estudantes e pesquisadores de diversas faculdades e universidades fizeram-se presentes no movimento Resistência Vila Vicentina. Com o suporte desses e de outros apoiadores externos e o alcance do movimento nas redes sociais digitais, aquelas e aqueles que não querem sair da Vila ganham fôlego para prosseguir a resistência, a despeito da ausência de unanimidade entre os moradores, já mencionada.

Esse campo de tensão é parte do conjunto de disposições, situações e recursos que dotam o objeto “movimentos sociais” de uma carga prolixa de elementos a analisar. As estratégias utilizadas para dar suporte ao movimento são um desses elementos. Além do cibertivismo, uma estratégia comum a movimentos pelo direito à habitação é acionar a legislação relativa à função social da cidade e da propriedade urbana que, no Brasil, advém principalmente da Constituição Federal promulgada em 1988 e do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de julho de 2001). Um instrumento relevante são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sobretudo as de Tipo 1, definidas como áreas “compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental” (FORTALEZA, 2009). A Vila Vicentina, apesar de ser uma ocupação ordenada e contar com acesso a serviços básicos, foi incluída como ZEIS porque carece de ampliação da oferta de infraestrutura urbana e, sobretudo, de regularização fundiária, para que seus moradores tenham segurança quanto à permanência no local que ocupam há décadas.

Ainda que as ZEIS sejam, em princípio, importante instrumento para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana (GON-

DIM; GOMES, 2012), seus objetivos ficam comprometidos pela falta de regulamentação. Uma das vitórias parciais do movimento RVV advém da recente inclusão da ZEIS Dionísio Torres, em que se situa a Vila Vicentina, entre aquelas definidas como “prioritárias” pela Prefeitura Municipal para fins de regulamentação<sup>14</sup>.

De um modo geral, o acesso à moradia na cidade de Fortaleza não apresenta números favoráveis. O enfrentamento da questão, por parte do Poder Público, tem sido marcado por ações de remoção, feitas sem diálogo com as populações atingidas. Estudo do Lehab/UFC aponta que mais de 20 mil famílias foram alvo de remoção nos últimos oito anos em Fortaleza. E mais: existem cerca de 840 assentamentos em situação de precariedade e informalidade urbana, o que poderá contribuir para o aumento das remoções e violações de direitos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017).

No caso da não remoção da Vila Vicentina, além do atendimento à função social da cidade – argumento embasado pelo reconhecimento da área como ZEIS –, outro recurso foi acionado pelos apoiadores do movimento: o tombamento. Esse recurso foi iniciado em outubro de 2016, mediante pedido do arquiteto Romeu Duarte Júnior. Tal pedido, noticiado nos jornais locais e circulado nas redes digitais, trouxe a dimensão patrimonial e seu valor simbólico-afetivo ao discurso de permanência dos moradores na Vila, reforçando um repertório de confronto que vem garantindo a integridade dos imóveis.

---

14. Os trabalhos de regulamentação das nove ZEIS definidas como “prioritárias” pela Prefeitura Municipal iniciaram-se em 2016, conduzidos pelo IPLANFOR, com a participação de representantes das áreas demarcadas no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For). Somente em 2017, uma representante da Vila Vicentina foi incluída na comissão de regulamentação, cujos trabalhos foram entregues à prefeitura em setembro de 2017. Em 21 de maio de 2018, a Prefeitura Municipal publicou o decreto 14.211, dando início ao processo de regulamentação das ZEIS, o qual estava em andamento na época da elaboração deste artigo.

Sabe-se que o patrimônio é uma dimensão da memória, definida por Candau (2016, p. 18) como “identidade em ação”. O mesmo autor reconhece que as identidades

não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” [...] mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socioambientais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas (CANDAU, 2016, p. 27).

Ao chamar atenção para as interações socioambientais, Candau (2016) destaca as sutilezas e elementos circunstanciais aos quais está vinculada a construção de identidades, o que é compatível com o conceito de repertório de confronto. Tais interações também estão apoiadas em contextos, de onde surgem sentimentos de pertença e “geradores de diferença”. Em sentido semelhante, Ana Fani Carlos (2007) entende o espaço geográfico como um produto histórico e social, meio em que as relações sociais concretas estão ancoradas. Assim, compreendemos que as relações cotidiano-lugar e tempo-espaço constituem elementos decisivos para a formação da identidade habitante-lugar. Ter em mente esses processos identitários é crucial para entender a RVV, já que o movimento passa a acionar, como “gerador de diferença”, o cotidiano e o espaço vivido, tomados como memória e modo de vida a ser preservado.

Apesar de serem imóveis singelos, de pouca visibilidade para quem contempla a Vila a partir das ruas limítrofes, procurou-se destacar o valor do conjunto residencial em termos históricos, arquitetônicos e urbanísticos, associados à memória afetiva dos moradores. Estes retomam modos de convivência urbana perdidos, numa região da cidade ocupada por grandes edifícios de apartamentos e cortada por avenidas com intensos fluxos de veículos. Assim, essa “sociabilidade

perdida” é apontada como patrimônio imaterial, sendo um dos elementos que fundamentam o estudo de tombamento (DUARTE JR., 2017).

Dessa forma, os apoiadores do movimento passaram a reivindicar a permanência da Vila Vicentina não só em atendimento à função social da propriedade, mas também por seu valor patrimonial. Destaque-se sua tipologia arquitetônica e a presença do verde em área de uso comum, em contraste com a verticalização do bairro, contribuindo para a “amenização ambiental” (DUARTE JR., 2017, p. 50).

O local teve tombamento provisório deferido em novembro de 2016, devendo passar por um estudo que fundamentará a votação no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (Comphic)<sup>15</sup>. O tombamento, mesmo provisório, garante que o bem em estudo não sofra qualquer dano ou interferência; dessa forma, o movimento obteve uma vitória, ainda que não definitiva (ARAÚJO, 2016).

Vale destacar que, em outros casos, o mercado imobiliário prevaleceu sobre tentativas de tombamento fundamentado em valores que não a notoriedade do bem em termos históricos, arquitetônicos ou urbanísticos. Dois casos exemplares ocorreram em Recife: o edifício Caiçara e o edifício Oceania. No começo da demolição do primeiro, em setembro de 2013, iniciou-se um conflito envolvendo movimentos sociais, Ministério Público Estadual, Prefeitura de Recife, órgãos ligados à preservação do patrimônio, entidades de classe, imprensa,

---

15. O arquiteto Romeu Duarte Jr. (2017) coordenou um estudo, realizado entre março e maio de 2017, para subsidiar a elaboração da instrução de tombamento, o qual foi encaminhado à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor). Esse relatório serviria como material complementar aos estudos que serão conduzidos por membros da Secretaria e deve ser submetido para votação definitiva no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza – o que não ocorreu até dezembro de 2017.

academia etc. Os argumentos contra a demolição destacavam “a necessidade de preservar uma tipologia remanescente de um tempo da cidade em que o culto à praia iniciou o processo de modernização no contexto local” (GHIONE, 2016, p. 2-3). Os partidários da demolição argumentavam que o edifício não teria “valores destacados” que justificassem seu tombamento (GHIONE, 2016, p. 2-3). Prevaleceu a decisão de demolir, com o voto de minerva do Secretário de Mobilidade e Controle Urbano do município.

O edifício Oceania, também objeto de interesse do mercado imobiliário (em 2003), serviu de inspiração para o filme “Aquarius”, lançado em 2016, dirigido por Kleber Mendonça e protagonizado por Sonia Braga. Diferente da ficção e semelhante à realidade da Vila Vicentina, a demolição do Oceania foi evitada porque o edifício teve seu tombamento, solicitado pelo arquiteto Milton Botler, acatado pelo Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), já em 2003. Como no caso da Vila Vicentina, porém, a proteção patrimonial do edifício recifense permaneceu dúbia, pois o Oceania não foi transformado em Imóvel Especial de Preservação, carecendo, assim, de reais garantias para a sua preservação<sup>16</sup>.

A ficção nomeada “Acquarius”, ainda que focada na resistência individual da protagonista, abre espaço para uma reflexão sobre a cidade que considere a memória e a sociabilidade como patrimônio. Nesse sentido, é necessário manter certas construções ou conjuntos de construções que sejam testemunhas da convivência perdida devido às transformações que são fruto da lógica do mercado imobiliário. Tal lógica, movida pelo lucro, faz prevalecer “o edifício excludente e de-

---

16. Informações veiculadas pela *Gazeta do Povo*, Recife, 12 set. 2016. Disponível em: [www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br). Acesso em: 21 nov. 2017.

fensivo, a configuração da rua com muros fechados, a mobilidade em automóvel, a desvalorização do espaço público, a degradação de calçadas e mobiliário urbano, o consumo em shoppings” (GHIONE, 2016, p. 3/2; 3/3).

O ambiente urbano, concebido como lugar de encontro e exercício de sociabilidade, tem sido hostilizado em favor de modelos de moradia segregadores e espaços de convivência e lazer privatizados. Os condomínios fechados passam a ser modelos de moradia ideal para as classes média e alta; ruas e espaços públicos se tornam esvaziados e destituídos de seus usos tradicionais (SOUZA, 2008; CALDEIRA, 2000). Assim, a produção excludente do espaço urbano atinge o meio ambiente, a sociabilidade e a qualidade do espaço público, dentre outros valores pertinentes a uma vida saudável para os cidadãos. Subjacente a essas questões está um modelo de gestão autoritário, incapaz de submeter aos cidadãos as políticas públicas em geral, e as intervenções urbanas, em particular. Dessa forma, o direito à cidade passa a ser negado ao conjunto dos habitantes, e não apenas às populações com carências.

É nesse contexto que se situa o movimento “Quem dera ser um peixe”, objeto da próxima subseção.

### **Uma foto no Facebook, uma paródia musical, o ciberativismo e as ações institucionais: o movimento Quem Dera Ser um Peixe**

O movimento “Quem dera ser um peixe” articulou-se em 2012, com o objetivo de contestar a construção do oceanógrafo Acuario Ceará, na Praia de Iracema. Trata-se de um projeto do governo estadual, que se insere no processo de requalificação da Praia de Iracema, destinado a potencializar a atratividade turística de Fortaleza. A re-

qualificação daquele bairro histórico iniciou-se na década de 1990, com a construção de um calçadão ao longo da orla e a reforma da Ponte dos Ingleses. Em 1998, foi construído o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (GONDIM, 2007; BEZERRA, 2009).

O Acquario Ceará (ver Figura 3), anunciado em 2008, seria o maior oceanógrafo da América Latina, com área ocupada de 21,5 mil m<sup>2</sup>, distribuídos em quatro pavimentos e volume total de 15 milhões de litros de água. Além dos animais marinhos e de água doce, as atrações incluiriam: túneis de observação submersos, navio naufragado, simuladores de submarino, cinemas e outras. Em uma área contígua ao edifício, de 4.252 m<sup>2</sup>, haveria uma fonte temática, esculturas, quiosque de alimentação e posto de informações turísticas. O custo total do empreendimento seria de 250 milhões de reais.



Figura 3: Maquete do Acquário Ceará

Fonte: Rodrigues, 2013.

A construção do Acquário, desde o seu anúncio, provocou questionamentos, especialmente quanto ao investimento de milhões de reais em um equipamento turístico, quando o estado apresentava carências em áreas prioritárias como educação e saúde, e atravessava um pe-

ríodo de seca prolongada. Outro questionamento dizia respeito à imprecisão das informações sobre o retorno econômico do projeto. As previsões relativas a emprego e renda eram baseadas na expectativa – sem fundamentação explícita – de que “a oportunidade de visitar o equipamento” contribuiria para aumentar em mais um dia a permanência do turista no Ceará e para incrementar em 10% a demanda turística (IPECE, 2012, p. 8).

Por parte dos opositores, havia a preocupação quanto aos efeitos sobre a fauna marinha e a possível erosão na costa oeste da Região Metropolitana (Caucaia). Questionavam-se também os efeitos, para a mobilidade urbana, da localização de um grande equipamento em uma área já congestionada como a Praia de Iracema. Contribuiu para acirrar as críticas a demora na divulgação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), apresentados somente em setembro de 2011, e considerados insatisfatórios (GONDIM, 2016).

Na vizinhança do terreno onde seria construído o Acquário, existe uma localidade de baixa renda, o Poço da Draga, onde residem, há décadas, cerca de 1.200 pessoas<sup>17</sup>. Ainda que sua remoção não esteja prevista no projeto do oceanógrafo, a valorização da área poderia acarretar um processo de gentrificação, ameaçando a permanência das moradias populares.

O início da construção do oceanógrafo pegou de surpresa os opositores, cuja reação, por sua vez, também surpreendeu: algumas pessoas, sem vínculo direto com associações formalizadas, organizaram,

---

17. Estimativa da população baseada em censo realizado em 2016, sob a coordenação do geógrafo Sérgio Rocha, morador do Poço da Draga. O trabalho contou com a participação de outros moradores e de professores e alunos da Unifor e da UFC. Os resultados foram apresentados em no Seminário URBFAVELAS (BRASIL et al., 2016).

a partir de redes sociais virtuais, um movimento que conseguiu a paralisação das obras por 80 dias, investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e mobilização da opinião pública contra o oceanógrafo, como será visto.

Até o início de 2012, a oposição ao oceanógrafo ainda não se transformara em um movimento de protesto, uma vez que entre os oponentes parecia prevalecer um consenso negativo, ou seja, a descrença na realização do projeto, haja vista a demora do Executivo em captar recursos para viabilizar o investimento. A ruptura desse consenso, provocada pelo início das obras em 2012, foi condição necessária – mas não suficiente – para o início dos protestos.

A criação de um movimento social depende da capacidade de criar um espaço no qual os manifestantes expressem e justifiquem suas pautas e construam identidades, que estabelecem um senso de “nós” e definem com certa clareza os interesses e ideais que reivindicam e defendem (GONDIM, 2016). Sem querer reificar o conceito de movimento social, é preciso distinguir entre o comportamento dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as ações resultantes de interações sociais – o comportamento coletivo. É nessa perspectiva que se deve considerar a cadeia de eventos que confere inteligibilidade à gênese dos movimentos sociais, começando pelo “evento mobilizador”, ou seja, o fato material específico que desencadeia a ação coletiva (SANTOS, 1981).

Se no caso da Resistência Vila Vicentina esse evento teve um caráter dramático – a demolição das casas – no caso do Acquário o evento mobilizador foi mais discreto: uma foto do início da construção do oceanógrafo. Durante uma caminhada ocasional pela Praia de Iracema, um opositor observou que o terreno onde se localizaria o Acquário estava terraplanado; fotografou o local e postou a imagem

no Facebook, com uma pergunta provocativa: “E aí, a gente vai deixar [...] que essa obra de R\$ 250 milhões de reais seja construída sem um debate mais sério?”<sup>18</sup> A repercussão foi surpreendente, pois dois anos antes, segundo o entrevistado, uma postagem com teor semelhante chamara pouca atenção. Isto indica que um evento só assume o caráter de mobilizador quando existe um grupo com predisposição a se manifestar a respeito (CEFAÏ, 2009).

Para a repercussão da imagem postada no início de 2012, foi crucial o recurso às redes sociais digitais, pois permitiram potencializar, a baixo custo e em tempo rápido, a divulgação de ideias e informações, bem como mobilizar e agregar pessoas interessadas pela causa. Entretanto, a importância da comunicação virtual para a articulação de movimentos sociais não deve ser superestimada. Para além do acesso limitado à Internet, já assinalado anteriormente, a comunicação virtual, ainda que possa ser um repertório de confronto efetivo, não têm o efeito de um *Deus ex machina*. Nesse sentido, convém destacar o encadeamento entre contatos virtuais e reais, o que, tanto no caso da oposição ao Acquário como no RVV, aconteceu desde o início.

Boa parte dos que responderam à “provocação” postada no Facebook já se conheciam previamente e participavam de movimentos com interesses comuns, como os Comitês Populares da Copa – situação semelhante à que ocorreu no caso da Vila Vicentina, no que tange aos apoiadores externos. Pelas redes sociais, um dos opositores do Acquário convidou outros para uma reunião do Comitê Popular da Copa de Fortaleza, com a participação de ONGs, assessorias e movimentos contrários a projetos voltados para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), muitos dos quais acarretando a

---

18. Entrevista com participante do movimento, realizada em 22 de março de 2013.

expulsão de moradores de baixa renda.

A formação da identidade dos participantes do movimento contra o oceanógrafo acionou elementos simbólicos lúdicos, como o personagem “peixuxa”<sup>19</sup>, que designa um perfil num blog (Figura 4). O uso de memes e paródias divulgados em meio digital (inclusive filmes no Youtube) foi um meio efetivo para caracterizar os proponentes ou defensores do Acquário, principalmente o Governo Estadual, com foco no Secretário de Turismo Bismark Maia. Outro componente do polo em confronto situava-se na chamada grande imprensa, onde um jornalista fazia sistematicamente críticas ao QDSP. Entre os profissionais de comunicação, porém, não havia unanimidade, fato reconhecido pelo movimento, que acionou contatos favoráveis na imprensa.



Figura 4: Perfil social do movimento QDSP no Facebook  
Fonte: Rodrigues, 2013.

19. Personagem de música de Raul Seixas e Marcelo Motta “Peixuxa (o amiguinho dos peixes)”.

O movimento contra o Acquário fez sua primeira manifestação nas ruas durante o carnaval de 2012, no bloco “Quem Dera Ser um Peixe”. Este nome foi retirado da música “Borbulhas de amor”, de autoria de José Luis Guerra, com letra do poeta brasileiro Ferreira Gullar, gravada por Fagner. A frase romântica “quem dera ser um peixe / pra no teu límpido aquário mergulhar” foi ressignificada para indicar que o governo estaria preterindo a população em favor dos peixes, destinando vultosos recursos ao oceanógrafo e preterindo áreas importantes como saúde e educação.

A entrada e a saída de membros ocorreram mediante contatos virtuais ou presenciais com outros integrantes. O Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) foi constituído, sobretudo, por pessoas de classe média, com perfil profissional heterogêneo: artistas, profissionais de audiovisual, produtores culturais, advogados e jornalistas; professores e estudantes, em geral universitários; e algumas lideranças do Poço da Draga. Eram apoiados por voluntários, grupos e organizações não governamentais (ONGs), vários dos quais se faziam presentes na Resistência Vila Vicentina, como, por exemplo, Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) e o Escritório Frei Tito de Advocacia (EFTA), além de membros do LEHAB/UFC.

Os integrantes do QDSP compartilhavam o mesmo ideário: democratização da informação e da cultura, garantia do direito à habitação e ao meio ambiente saudável, respeito à diversidade, participação popular, transparência e equidade social nas ações da administração pública. Participavam de atividades de comum interesse, como a regularização do Poço da Draga como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e a mobilização contra a construção, pela Prefeitura, de um viaduto que destruiu parte de uma área de preservação ambiental, o

Parque do Cocó<sup>20</sup>. Apesar da presença de membros de partidos políticos de esquerda, os pronunciamentos e as práticas do movimento enfatizavam seu caráter suprapartidário, sem negar o caráter político de suas ações.

Diferente da Resistência Vila Vicentina, na qual o recurso à comunicação via Internet teve menor centralidade, o QDSP pode ser considerado uma expressão de ciberativismo, definido como “[...] uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas NTIC [novas tecnologias de informação e comunicação] e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade” (ALCÂNTARA, 2016, p. 332).

O formato em rede facilitava a manutenção de uma organização horizontal, sem um centro de comando e sem divisão rígida de responsabilidades, ainda que se possa identificar a participação mais intensa de um grupo de aproximadamente 20 pessoas (GONDIM, 2016). Segundo uma entrevistada,

Assim, sempre em movimentos tem uns que, às vezes, fazem as coisas e ficam cobrando. “Ai, porque eu fiz isso”. Não. É por sua conta e risco. Você tem a iniciativa, quer criar alguma coisa, crie. Agora, faça acontecer. Não tem essa de “era bom que alguém fizesse assim”. Não! Faça! Tem pé pra fazer, tem perna? Conta com a ajuda de pessoas? Pois vamos fazer. Mas, quem propõe, faz. Então, não tem esse negócio de só um faz ou só uma proposta é aprovada. Não teve isso, e é muito tranquilo isso pra gente, mesmo. É um respeito mútuo que se tem no grupo mesmo [...] (Entrevista com participante do movimento, realizada em 23/02/2013).

Ressalte-se que o formato em rede não garante, em si, a horizontalidade e a descentralização; estas dependem de relações sociais, inse-

---

20. Sobre esse movimento, ver a Introdução do presente artigo.

ridas em contextos sociais, políticos e tecnológicos (ALCÂNTARA, 2016). No caso do QDSP, a horizontalidade e a descentralização eram valores políticos e organizacionais defendidos pelos participantes do movimento, que instrumentalizavam as redes sociais (GONDIM, 2016).

A mobilização contra o Acquário lançou mão de um repertório de confronto inovador, ao adotar a linguagem do humor e o apelo ao lúdico, a começar pela denominação do movimento. As manifestações presenciais, denominadas “inundações” e realizadas na Praia de Iracema, incluíam, de forma similar ao que viria a ocorrer na RVV, aulas públicas, rodas de conversa, apresentações de música e capoeira, oficinas de artes visuais etc. Como já mencionado, o recurso a redes sociais, *blogs*, *sites* e outras ferramentas digitais foi uma constante, beneficiando-se da experiência de alguns militantes no ciberativismo.

Interessante notar que apesar das críticas aos meios de comunicação de massa, considerados parciais e manipuladores, os participantes do QDSP não os negligenciavam: concediam entrevistas, participavam de reportagens e programas de televisão e acionavam jornalistas conhecidos para divulgar suas denúncias. Essa estratégia vai ao encontro da análise de Alcântara (2016) sobre o ciberativismo, na qual destaca a aprendizagem dos ativistas com os meios de comunicação convencionais. É também consistente com o alerta de Suzani e Meyers sobre a centralidade desses meios, como já foi dito.

Outro ponto do repertório do QDSP foram as estratégias institucionais, assim entendidas aquelas que lançam mão de recursos de poder, incluindo o envio de documentos a órgãos públicos e privados. Particularmente relevantes foram as denúncias apresentadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Contas do Ceará. Em

todos esses casos, o QDSP mostrou ter o domínio da linguagem técnica, que, em si, é um recurso de poder (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, a utilização de recursos institucionais é um repertório de confronto que demanda o suporte de apoiadores competentes no uso da linguagem oficial – especialmente a jurídica, o que confere, tanto no QDSP como no RVV, papel de relevo a ONGs e profissionais atuantes nas áreas do direito, do urbanismo, do patrimônio e do meio ambiente, entre outras.

No caso do movimento contra o Acquário, uma vitória significativa, ainda que parcial, foi o embargo das obras do oceanógrafo por 80 dias, em meados de 2012, motivado por denúncia do movimento, que constatou a falta, no EIA/RIMA, de prospecção arqueológica da área, contrariando a legislação federal de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Embora a construção tenha sido retomada após a realização daquele trabalho e sua aprovação pelo Instituto Nacional do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a medida retardou o andamento das obras e atraiu considerável atenção da mídia para o movimento.

Outra ação que repercutiu bastante foi a denúncia a um vereador, que, por sua vez, encaminhou um requerimento ao Ministério Público Estadual, dando origem a uma Ação Civil Pública concernente à inexigibilidade de licitação para a construção do oceanógrafo. Trata-se de uma irregularidade, já que, ao contrário do que afirmava o governo, existiam outras empresas especializadas nesse tipo de projeto. Havia a suspeita de que a escolha recaía em uma empresa americana por exigência do *Ex-Im Bank*, instituição norte-americana que financiaria, em parte, o oceanógrafo. O resultado dessa investigação foi um relatório de inspeção que veio a público em março de 2013, com sérias acusações ao governo estadual. O QDSP recorreu à sua rede de

contatos na imprensa convencional e nas mídias digitais, conseguindo grande divulgação do fato, inclusive na mídia nacional.

No Ministério Público Estadual, a tramitação da ação civil pública denunciando improbidade administrativa no contrato de construção do oceanógrafo sofreu vicissitudes, decorrentes de divergências entre os membros daquela Corte. Mesmo assim, a ação foi levada adiante, ainda que com lenta tramitação<sup>21</sup>.

Evidenciando as variações no repertório de confronto do QDSP, foram intensificadas ações presenciais em junho e julho de 2013, em meio à onda de protestos realizados em Fortaleza durante a Copa das Confederações, que ecoaram os protestos nacionais. Foi realizada uma ocupação na Praia de Iracema, que incluiu um acampamento durante as noites de 13 e 14 de julho de 2013, nas proximidades do Poço da Draga e do canteiro de obras do oceanógrafo. Diversos participantes e simpatizantes revezaram-se em rodas de conversa, oficinas de histórias em quadrinhos, visitas guiadas ao Poço da Draga, apresentações musicais e de capoeira e exposição de livros, entre outras.

Hoje, o QDSP encontra-se em fogo morto, por assim dizer. Graças à articulação por meio de redes virtuais, seus participantes têm continuado em contato, mesmo após a paralisação da construção do Acquário em 2015, determinada pelo governador eleito no ano anterior<sup>22</sup>. Esporadicamente, acontecem trocas de informações sobre

---

21. Uma ação foi protocolada pelo MP-CE em setembro de 2017, pedindo o bloqueio dos bens e o afastamento do cargo de prefeito do Aracati, de Bismark Maia, ex-Secretário de Turismo do Estado do Ceará e como tal ordenador de despesas relativas ao Acquário, consideradas irregulares. Não foram divulgadas notícias sobre o desfecho dessa ação.

22. No segundo semestre de 2017, o governador Camilo Santana e o Secretário de Turismo Arialdo Pinho reuniram-se em diferentes ocasiões com empresários espanhóis e chineses, a fim de tratar de uma possível concessão do oceanógrafo, mediante transferência ou parceria público-privada. Até julho de 2018, contudo, não havia sido tomada decisão a respeito (CAFARDO, 2017; VARELA, 2017).

o oceanógrafo pelas redes sociais Facebook, Twitter e Messenger; a reunião presencial mais recente, da qual uma das autoras participou, ocorreu em fevereiro de 2017, com o objetivo de discutir as possibilidades de registro e divulgação da experiência do QDSP. Contudo, as iniciativas propostas não tiveram continuidade.

## Conclusão

Este artigo discutiu, do ponto de vista teórico e empírico, movimentos sociais que têm como foco o direito à cidade. A partir de uma discussão conceitual fundamentada na trajetória dos estudos sobre movimentos sociais, escolhemos o conceito de repertório de confronto como categoria heurística para a análise de dois casos concretos: a Resistência Vila Vicentina (RVV) e o movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP), ambos em Fortaleza-Ceará. Ainda que se tratem de casos localizados, os resultados apresentados podem contribuir para a compreender como se dá a articulação de protestos urbanos em contextos sociais diferenciados, e em escalas mais amplas.

No caso da RVV, o objetivo central era a luta pelo direito à habitação, configurada na resistência à remoção dos moradores de 45 casas situadas em um bairro de alta valorização imobiliária. A divulgação, pelas redes sociais, da demolição das primeiras casas fortaleceu o movimento, que atraiu o apoio de assessorias técnicas jurídicas e urbanísticas, bem como de profissionais, estudantes e professores. A partir daí, outras estratégias foram acionadas, como a inclusão da Vila Vicentina na lista das ZEIS que serão alvo de regulamentação prioritária pela Prefeitura, o que pode garantir a permanência dos moradores; o processo, porém, corre lentamente. Mais efetiva foi a estratégia de solicitar o tombamento provisório da Vila, o que foi obtido, significando

que, por hora, as casas não podem ser demolidas.

No QDSP, o ciberativismo foi central. Note-se o caráter inovador do movimento, que cultivava o humor – desde a escolha do nome, uma paródia de uma música romântica – e lançava mão da linguagem técnica para fazer denúncias ao IPHAN e aos Ministérios Públicos.

Nos dois casos aqui analisados, repertórios de confronto convencionais como marchas e ocupações praticamente não foram acionados – exceto no caso das ocupações da Praia de Iracema pelo QDSP, que tiveram a peculiaridade de utilizar atividades lúdicas e não provocar conflito aberto. De forma similar, a agenda de atividades realizadas na Vila Vicentina incluiu práticas culturais não fomentadoras de conflitos abertos, como oficinas de artesanato, exibição de documentários, aulas públicas e rodas de conversa. Observa-se, assim, que os repertórios dos movimentos aqui considerados serviam ao confronto com os oponentes, mas nem sempre tinham, em si, caráter conflituoso.

De um modo geral, os movimentos sociais são coletivos heterogêneos, como ilustram os casos discutidos neste artigo. Na RVV, nem todos os moradores apoiam o movimento, e nem todos os apoiadores moram na Vila. O “outro lado” constitui-se pelo mercado imobiliário, diretamente, e indiretamente, pela prefeitura. Participantes que na RVV eram “externos”, no QDSP, na verdade, constituíam o próprio movimento. A identidade, nesse caso, adivinha do confronto, aberto ou potencial, com os partidários do Acquário: o governo do Estado, representantes da Secretaria de Turismo do Estado e setores da mídia.

Os achados das pesquisas sobre os dois movimentos sociais apontam para o caráter frutífero de abordá-los sob a ótica de seus repertórios de confronto. Estes lançam luz não apenas sobre a formação e desenvolvimento da ação coletiva, mas também sobre as identidades heterogêneas de participantes e sobre o contexto sócio-histórico em

que se verificam suas práticas, voltadas à defesa do direito à cidade.

## Referências

ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*. v. 15, n. 34, p. 315-338, 2016. Disponível em: [periodicos.ufsc.br](http://periodicos.ufsc.br). Acesso em: 20 ago. 2017.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 21 fev. 2016.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. *Onde moram os operários... vilas operárias em Fortaleza 1920-1945*. Dissertação de Mestrado. Curso de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1990.

ARAÚJO, Adriana. Vila na Aldeota é alvo de disputa. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 20 out. 2016. Disponível em: [mobile.opovo.com.br](http://mobile.opovo.com.br). Acesso em: 25 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Pedido de tombamento da Vila Vicentina é admitido pela Secultfor. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 08 nov. 2016. Disponível em: [www.opovo.com.br](http://www.opovo.com.br). Acesso em: 25 jan. 2017.

ATO protesta por obras de "mobilidade urbana democrática... *G1*. Fortaleza, CE, 15 ago. 2013. Disponível em: [g1.globo.com](http://g1.globo.com). Acesso em 16 jun. 2017.

BABO, Isabel. As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: a semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. 2013. *Análise Social*, 209, xlviii, 4.0, p. 792-809.

BEZERRA, Roselane. *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia"*: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Armíria B. et al. Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. *Seminário URB-FAVELAS*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [www.sisgeenco.com.br](http://www.sisgeenco.com.br). Acesso em: 25 jul. 2018.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, jun. 2012. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 19 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade*, v. 10, n. 18, p. 51-73, abr. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAFARDO, Thiago. Governador apresenta Acquario a investidores chineses. Portal do Governo do Estado do Ceará. 20 set. 2017. Disponível em: [www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br). Acesso em: 12 out. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Disponível em: [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br). Acesso em: 23 jul. 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, v. 4, n. 2, p.11-47, 2009.

DUARTE JR., Romeu. (Coord.) *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*. Fortaleza, 2017.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Fortaleza, CE, Ano LVI, n. 14.020, 13 mar. 2009.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (Orgs.) *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (Orgs.) *Movimentos*

*sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.19-36.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16. n. 47. maio-ago, p. 333-513, 2011.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; GOMES, Marília Passos Apoliano. O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 507-527, 2012.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Habitação e meio ambiente em disputa: novas configurações dos conflitos socioambientais em Fortaleza-CE (o caso do movimento Quem Dera Ser um Peixe)*. Relatório final de pesquisa apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, Fortaleza-CE, abril de 2016, mimeo.

\_\_\_\_\_. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

GHIONE, Roberto. Patrimônio além da arquitetura. O edifício Caiçara, os movimentos sociais e o direito à cidade. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 17, n. 195.04, *Vitruvius*, out. 2016. Disponível em: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br).

GRUPO PROTESTA CONTRA DEMOLIÇÃO DA PRAÇA PORTUGAL E REMOÇÃO DE ÁRVORES. *G1*. Fortaleza, CE, 09 mar. 2014. Disponível em: [g1.globo.com](http://g1.globo.com). Acesso em: 16 jun. 2017.

HABERMAS, J. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, 1981.

HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p.23-40, set.-out. 2008. Disponível em: [www.mom.arq.ufmg.br](http://www.mom.arq.ufmg.br) Acesso em: 23 jul. 2018.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Os impactos econômicos do Acquário Ceará e sua viabilidade. In: *IPECE Informe*, Fortaleza: Governo do Estado do Ceará/ IPECE, 2012.

JUSTIÇA AUTORIZA DESOCUPAÇÃO... Fortaleza, CE, 26 set. 2013. Disponível em: [g1.globo.com](http://g1.globo.com). Acesso em 16 jun. 2017.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 15 jan. 2017.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO ANTI-MUBARAK TEVE INÍCIO NA INTERNET. *Folha de São Paulo*, 28 Jan. 2011. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 21 Set. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Observatório das remoções de Fortaleza: conflitos fundiários urbanos e a luta por moradia*. 23 mar. 2017. Disponível em: [observatoriodasmetrosoles.net.br](http://observatoriodasmetrosoles.net.br). Acesso em: 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2009 [1948]. Disponível em: [nacoesunidas.org](http://nacoesunidas.org). Acesso em: 23 jul. 2018.

PREÇO DO M<sup>2</sup>... *Diário do Nordeste*. Negócios. Fortaleza, 10 Nov. 2016. Disponível em: [diariodonordeste.verdesmares.com.br](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br). Acesso em: 12 Fev. 2017.

PREFEITO RECUA E A PRAÇA... *G1*. Fortaleza, CE, 26 out. 2015. Disponível em: [g1.globo.com](http://g1.globo.com). Acesso em: 16 jun. 2017.

RODRIGUES, Neivania Silva. *O movimento dos peixes: do Acquário às ruas*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2013.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SENA, João Marcelo. Juiz suspende reintegração de posse após demolição de casas em vila. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 29 out. 2016. Disponível em: [www20.opovo.com.br](http://www20.opovo.com.br). Acesso em: 12 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Apenas 48% dos domicílios do Ceará têm acesso à Internet. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 25 nov. 2017. Disponível em: [www.opovo.com.br](http://www.opovo.com.br). Acesso em: 21 nov. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUZINA, Ana Cristina; PLEYERS, Geoffrey. Media practices and the chal-

lenge of political asymmetries. Lisboa, v. 10, n. Especial, p. 01-10, jun. 2016. Disponível em [www.scielo.mec.pt](http://www.scielo.mec.pt). Acessos em: 12 jul. 2018.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 05-18, jun. 1989. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 18 jan. 2018.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

VARELA, Átila. Ceará. Vende-se um Aquário. *O Povo on line*, 05 nov. 2017. Disponível em: [www.opovo.com.br](http://www.opovo.com.br). Acesso em: 10 nov. 2017.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. O papel da comunicação digital na arena internacional: mobilização política online e a Primavera Árabe. In: *Boletim Meridiano* 47. vol. 14, n. 139, set.-out. 2013, p. 24-30.

**Resumo:**

Analisam-se, teórica e empiricamente, movimentos sociais que têm a cidade como lócus e como objeto. Escolhemos o conceito de repertório de confronto como categoria heurística para a análise da Resistência Vila Vicentina (RVV) e do movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) em Fortaleza. Tal análise baseia-se em pesquisas qualitativas, incluindo observação participante, entrevistas semiestruturadas e acompanhamento de ações de web-ativismo. Ainda que se trate de casos com dimensão local, seu estudo pode contribuir para melhor compreender como se articulam protestos urbanos em diferentes contextos sociais. A análise dos repertórios de confronto da RVV e do QDSP acrescenta importante dimensão empírica à literatura sobre movimentos sociais, destacando o recurso à patrimonialização e o uso das mídias digitais, que torna potencialmente mais visíveis as questões urbanas.

**Palavras-chave:** movimentos sociais urbanos; repertórios de confronto; Resistência Vila Vicentina; Acquário Ceará; Quem Dera Ser um Peixe.

**Abstract:**

This paper analyzes, theoretically and empirically, social movements that have the city as locus and object. We chose the concept of contentious repertoire as a heuristic category for the analysis of the Resistência Vila Vicentina (RVV) and the Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) movements in Fortaleza. This analysis is based on qualitative research, including participant observation, semi-structured interviews and follow-up of web-activism actions. Although it is a case of local dimension, its study can contribute to a better understanding of how urban protests are articulated in different social contexts. The analysis of the RVV and QDSP confrontation repertoires adds an important empirical dimension to the literature on social movements, highlighting the use of patrimonialisation and the use of digital media, which makes urban issues potentially more visible.

**Keywords:** urban social movements; contentious repertoires; Resistência Vila Vicentina; Acquário Ceará; Quem Dera Ser um Peixe

Recebido para publicação em 22/01/2018.

Aceito em 05/08/2018.